

# A família para além do mito da autorrealização

## Situação e desafios para a ação pastoral

FABRIZIA RAGUSO\*

### Introdução

Nas últimas décadas temos assistido no mundo ocidental a uma gradual mudança do conceito e da experiência de ser família, passando da construção patriarcal da família sedimentada numa articulação mais clara entre a ética e os afectos, para uma família baseada sobretudo e apenas na dimensão afectiva.

Esta alteração terá, por sua vez, que ser compreendida a partir do contexto social em que vivemos. Neste sentido, muitos serão os factores que nos ajudam a compreender esta mudança. Desde logo o prolongamento da fase de adolescência e juventude muitas vezes motivado pelo prolongamento dos tempos da formação e pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a consequente diminuição de matrimónios e/ou constituição da família mais tarde, o aparecimento de várias formas «alternativas» de família muitas delas distantes do modelo tradicional e a cada vez mais crescente opção pela não parentalidade ou pela escolha de ter um ou no máximo dois filhos.

Estas mudanças na forma como se vive e se compreende a família terão forçosamente implicações no que respeita ao encontro com as famílias nas comunidades eclesiais.

Ao longo desta exposição tentaremos num primeiro momento apresentar algumas considerações antropológicas e psicossociológicas sobre a família e a

---

\* Professora auxiliar de Psicologia: UCP – Facfil Braga (fraguso@braga.ucp.pt).

sua maneira de ser na contemporaneidade e num segundo momento reflectir e discutir acerca das implicações que estas mudanças acarretam para o trabalho pastoral.

1. No século passado pensou-se que a família podia considerar-se uma instituição obsoleta, ou ao menos, que o modelo da família nuclear tradicional estava para sempre ultrapassado. E neste sentido houve, aqui e além, tentativas concretas de desenvolver (impor?) modelos alternativos, sobretudo no que diz respeito não apenas à relação conjugal, mas também aos modelos de relação parental. Entre muitos, podemos citar por exemplo as experiências das famílias dos *kibutz* no Estado de Israel, nos anos '60/'70. O objectivo era acelerar o processo de socialização das crianças, torna-las menos dependentes afectivamente dos pais e intensificar o seu sentido de «pertença à comunidade». Mais recentemente, o desenvolvimento das técnicas de fecundação assistida abriram com mais intensidade e urgência profundas interrogações sobre a interligação entre parentalidade e laços familiares; e no entanto, a família cada vez mais é uma questão de afetos e de escolhas «privadas», no horizonte da auto-realização. Outros sinais de transformação muito significativos são de cariz demográfico, e atingiram todos os países que se inscrevem na cultura ocidental avançada. O aspeto talvez mais evidente é sem dúvida a redução do número dos membros da família, como consequência da transição da família patriarcal/rural para a família urbana; embora, sobretudo nas culturas latinas, a referência e os laços com a família alargada se mantêm fortes e significativos, marcados ainda por uma forte ritualidade. (Scabini & Iafrate, 2003; Cigoli & Scabini, 2000)

A mudança mais consistente porém, e ao mesmo tempo mais subtil, se deu na maneira de compreender e reconhecer a família. Muitos estudos realizados no âmbito da Psicologia Social da Família (Scabini & Cigoli, 2000; Raguso, 2010; Donati, 2013) sublinham que cada vez mais temos uma imagem sobretudo «afectiva» da mesma. Palavras como «aconchego», «suporte», «carinho», «apoio» se associam à imagem/desejo de uma família que nos acompanhe e às expectativas que temos quanto às relações familiares. A ideia/desejo de família está pautada pela emoção e pelo sentimento e a sua finalidade principal estaria na satisfação individual e na auto-realização dos seus membros. Esta perspectiva sustenta e justifica, de forma muitas das vezes pouco consciente, a compreensão da família como emblema da esfera privada e algo que diz respeito apenas aos seus «protagonistas». É por esta visão que ser «família» depende muito mais da escolha sentimental de um/a parceiro/a e mais dificilmente (ou apenas secundariamente) de um projecto de vida partilhado. Esta mudança foi acontecendo paulatinamente e se tem afirmado há quase um século, sob o impulso de uma tendência cultural da modernidade tardia, que afirma uma visão individualista e emotivista (estetizante) nas relações interpessoais e íntimas

(Raguso, 2010; Bellah, 1996; Taylor, 1992). É, contudo, uma atitude que enaltece o valor da família e a idealiza (Raguso, 2010). Entre aporias e grandes contradições, de facto a «família» é ainda uma aspiração de reconhecimento (Leandro, 2003), mesmo que nas formas que parecem contradizer e negar a sua essência.

2. Ao longo do século passado, a Antropologia da família tem ajudado a dar respostas mais claras à pergunta «o que é a família? Como se pode definir?». E o resultado mais interessante e fecundo pode ser considerado o facto de compreender a família, não apenas e somente como instituição, mas sobretudo e antes de mais nada como «corpo vivo» com história (Scabini & Cigoli, 2014). A família se mostra, então, como uma organização dinâmica de diferenças e tem a tarefa essencial de gerar e transmitir vida (Scabini & Cigoli, 2014; Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Iafrate, 2003).

Cada nova família nasce da confluência e da inter-relação de histórias e microculturas familiares (as famílias de origem e as suas stirpes e ascendências). Organiza, portanto, relações complexas que se articulam nas diferenças de gerações e assenta na diferença de género. A diferença não se manifesta apenas nas funções, mas diz respeito à essência da pessoa e, portanto da relação. A diferença é uma dimensão ontológica e crucial da natureza humana (Buber, 1995<sup>2</sup>). Sem diferenças não é possível estabelecer relações, e sem relações não pode existir vida, porque não há comunidade. A diferença enquanto dimensão do «ser» não se esgota nas funções e nos papéis exercidos; marca, antes de mais, a pessoa toda, a sua maneira de ser e de «estar no mundo». Porém, este veio a ser um tema controverso na cultura contemporânea. Ser pai ou mãe é muito mais que uma «função» ou uma tarefa, como já há muito vários estudos e perspectivas nos ajudam a compreender. Andolfi (2001), por exemplo, na sua aprofundada análise sobre a figura do pai na família contemporânea, realça a necessidade não apenas de tornar a figura paterna mais próxima e envolvida na vida familiar, mas também de diferenciar o seu estilo e a sua maneira de viver e realizar esta proximidade. De facto, a figura paterna na contemporaneidade se tornou cada vez mais distante da figura tradicional do pai autoritário e emocionalmente não envolvido; contudo, a sua presença, a sua relação com os filhos não pode apenas «imitar», ou pior, competir com a relação e especificidade da relação com mãe. Mas, na realidade, «ser pai» em muitos casos hoje limita-se a construir uma relação afetivamente próxima com os filhos, por vezes fundamentada na partilha de momentos lúdicos e de tempos livres. A sua proximidade pauta-se e avalia-se também pelo envolvimento nos cuidados primários aos filhos. Mas é certo que se sente necessidade que o pai reencontre a relação com os outros membros da família e a si mesmo, para que possa saber e experienciar uma relação autêntica de paternidade, que não seja imitação da «maternidade». Paraphraseando Lacan (1988b) podemos dizer que o essencial é reintroduzir «a lei do pai» para que os

filhos possam diferenciar-se. A família é e precisa tornar-se «corpo», onde cada membro é essencial e diferente, mas nunca pode existir isolado, desvinculado dos outros membros. Por esta mesma razão a família estrutura relações, laços que constituem a garantia de uma matriz identitária. A relação familiar, de facto, é tudo aquilo que se sedimenta em valores, mitos familiares, regras e rituais, modelos das relações que aprendemos a tecer ao longo da nossa vida. A família tem história e se projecta no futuro, construindo um sentido de coerência da própria pessoa (Scabini & Cigoli, 2014).

3. Tudo isto, a nosso ver, constitui o primeiro e maior desafio para a pastoral não apenas «da família», mas em geral. Precisa, de facto, considerar a família e não apenas o indivíduo isolado, o «lugar» do encontro e principal interlocutor do anúncio e da evangelização. E, *pari-passu* precisa reconhecer que a família é «célula» primordial também da Igreja, e não apenas da sociedade mais em geral; isto quer dizer, reconhecê-la como estrutura e, portanto, o alicerce, sujeito primário de qualquer outro «corpo social» e de qualquer comunidade; como as células no corpo. Ora, relativamente à família, acabamos por ter consciência da sua centralidade apenas perante as consequências da sua ausência ou fragilidade; e então pomos em relevo os riscos da sua inconsistência. Todavia ainda pouco conseguimos contribuir para apoiá-la, promovê-la e acompanhá-la nas suas transições e nas dificuldades (não apenas económicas) que possa eventualmente encontrar, na realização do seu projeto de vida. Acompanhar e sustentar a família nos tempos de mudança (nascimento dos filhos, acompanhamento dos mesmos para se tornarem adultos, envelhecimento, etc.) é um dos maiores desafios para as comunidades. E o apoio, o sustento precisam ser realizados em prol das famílias reais e concretas que vivem num espaço / tempo concreto, para que se traduzam eficazmente mais tarde em apoio à família enquanto «bem social», enquanto valor e instituição. Cada vez mais é urgente apoiar a constituição de famílias que prezem o dom da diferença, que consigam declinar o amor na lógica da responsabilidade e do dom.

Tudo parece indicar que há ainda muito a fazer para realizar e *atualizar* (i.e. tornar real, vivo e concreto) o «evangelho da família», que com profunda intuição o Santo Papa João Paulo II foi delineando ao longo do seu pontificado. A sua antropologia da família, à luz da Palavra, é sem dúvida um marco histórico e teológico incontornável; mas um projeto ainda longe de ser plenamente realizado. Estaremos a assistir a uma renovação desta antropologia? Levantam-se expectativas importantes (e contraditórias) para e durante o Sínodo dos Bispos sobre a família, que muito atraem a atenção dentro e fora da comunidade eclesial. Estas expectativas aguardam perspectivas de longo prazo, e não apenas soluções circunscritas, embora relativas a questões urgentes.

Considerar a família na perspectiva do «corpo» e de sujeito primário da comunidade, significa valorizar e prestar atenção não apenas ao seu valor em abstracto, mas acompanhar, «fazer-se próximo», companheiro de caminho das famílias que nas nossas comunidades de vida e de fé procuram silenciosamente e tenazmente viver a sua vocação e missão diariamente. De facto, muitas famílias perante as dificuldades e as previsíveis crises de crescimento, não conseguem encontrar nem forças nem sentido para aceitar juntos a mudança; a par disto, há também muitas outras famílias que silenciosamente consideraram possível e que vale a pena enfrentar o desafio de crescer, permanecendo unidos, cuidando um do outro para serem «si mesmos» cada vez mais. Talvez seja este, nos nossos dias, o desafio pastoral mais exigente: estar perto, tornarmo-nos companheiros fiáveis de caminho de quem avança silenciosamente e procura viver a fidelidade à sua vocação e escolha. É o desafio de sempre, porque «a floresta que cresce não faz barulho».

4. Outro desafio que se coloca à pastoral é a ambiguidade do conflito entre geratividade e autorrealização. Será que a vida humana verdadeira poderá encontrar sentido pleno sem se tornar geradora de sentido, de «vida» (em sentido amplo) por sua vez? Contudo, as relações humanas e familiares chocam cada vez mais com o mito e a quimera da «autorrealização». As pessoas e as famílias levam inscrito em si mesmas o desejo de eternidade, do «para sempre», de estabilidade e plenitude, que, ao mesmo tempo, se embate e por vezes se desfaz contra o medo do definitivo, perante tudo aquilo que parece aprisionar a liberdade absoluta do Eu. O desejo do «eterno», do «para sempre» não nos livra da dúvida do «serei capaz?», «correrá tudo bem?». Daí nasce a «errância», a experimentação, a necessidade de recomeçar sempre do início, porque aspiramos a fortes emoções que não se coadunam com o silêncio e a exigência de paciência da vida quotidiana e escondida. Esta «cultura do sujeito autorreferencial» (Sequeri, 2002), que procura a felicidade como principal sentido da vida, torna paradoxalmente impossível alcançar esta felicidade e «eternidade» esperada, fechando o Eu numa prisão estéril.

Colocada neste pano de fundo, a baixa taxa de natalidade (aliada à baixa taxa de nupcialidade)<sup>1</sup> pode ser apenas um dos aspetos de um fenómeno, de uma maneira de estar no mundo mais complexa e incerta. Centrados no presente, desconectados do passado, não precisamos de futuro. Pois também a história

---

<sup>1</sup> Segundo os dados do INE, em 2012 realizaram-se 34.423 casamentos, dos quais 324 entre pessoas do mesmo sexo. O número de casamentos voltou a diminuir (menos 1.612 do que os realizados em 2011) e a idade média ao casamento continuou a aumentar: em 2012, situou-se em 34,7 anos para os homens e 32,3 anos para as mulheres (34,6 anos e 32,0 anos, respetivamente, em 2011).

peçoal não contempla meta narrativas. Por sua vez, a parentalidade (geratividade biológica) pode ser possível se nos conseguirmos *projetar* no futuro, além do presente e da auto-referencialidade do Eu. A parentalidade nasce da esperança e da gratidão que se torna gratuidade. (Scabini & Cigoli, 2014; Scabini & Rossi, 1999) Pelo contrário, cada vez mais se impõe a tendência de considerar o filho como parte de um projeto de autorrealização, uma meta planeada. Deste modo o filho pode-se tornar um prolongamento narcísico de mim mesmo, depositário de muitas expectativas e de poucas esperanças; e, sobretudo, alguém que não queremos perder. Noutros casos, pela mesma ausência de esperança, a parentalidade pode ser experimentada como uma prisão, uma limitação da autorrealização e por isto evitada, reenviada ou negada. Ambos os fenómenos podem ser considerados como dois lados da mesma raiz e visão da vida.

5. Estes factos nos alertam já há muito tempo; foram objeto de reflexão e de análise em muitos contextos. Neste horizonte nos é colocado mais um desafio para a nossa vida pastoral: a formação. Somos desafiados, enquanto Igreja (comunidade adulta de fiéis), a anunciar com a vida a esperança, contra toda a incerteza, todo o horizonte fechado e sombrio no qual o presente nos parece enclausurar. Partilhar a esperança, «dar razão da esperança que há em nós» (1Pd 3,15) implica investir mais tempo, mais energias, mais atenção na formação dos jovens e dos casais de namorados sobre estes aspetos e questões.

Não há outro caminho se não a reflexão e a formação, que alcance os jovens, bem como os adultos. De facto, cada um pela sua parte e toda a família junta (pois a família é um «corpo» e não apenas um «agregado» de pessoas, como já vimos), precisam reencontrar a esperança, encontrar e participar do «evangelho da família», ou seja a visão da família segundo o evangelho, segundo o desejo de Deus, que nem sempre e nem somente coincide apenas com o modelo da família «doutroira». A experiência de acompanhamento a famílias e casais indica que a origem e a dificuldade de reencontrar o caminho em muitas crises familiares nascem não apenas da natureza dos problemas em si, mas sobretudo da atitude perante a própria crise familiar. Há muita dificuldade em perspetivar o futuro da vida em família como um percurso de desenvolvimento, de crescimento, e, portanto, de constante mudança. Portanto, perante a dificuldade e as exigências de «se tornar» família cada dia, a cada nova experiência e situação que se viva, surge a desilusão ou a percepção de que se há dificuldade tudo está errado; ou ainda, que não vale a pena investir na procura de um novo caminho juntos; mais vale recomeçar sim, mas com um outro companheiro, com uma outra história. A formação quer então dizer introduzir novamente o «tempo» no tempo da família, das famílias reais, aquelas que constituem o tecido das nossas comunidades.

A formação/evangelização das relações familiares está desafiada a contrastar a retórica fácil dos afetos, que reduz as relações humanas, sobretudo aquelas familiares, aos «sentimentos». O amor primeiramente é uma resposta a um apelo; uma questão ética, portanto de responsabilidade, de justiça, que sempre, quando autêntico, se declina na entrega, na oferta da vida. Esta é a realidade do amor, sempre e em qualquer tempo. Pelo contrário, o amor sentimental, emotivo está sempre próximo do risco de ser uma escolha narcísica, que o torna injusto, prevaricador, violento, porque possessivo e centrado nas exigências do Eu e não no bem do outro.

6. Pensar e viver a família como «corpo» implica tudo isto: um grande desafio para a pastoral. Há muito pensamos e estamos «formatados» para encontrar «indivíduos» ou grupos etários na ação catequética, por exemplo. Ora, pensar a pessoa como membro vivo do corpo familiar, deveria necessariamente levar-nos a repensar toda a ação evangelizadora num registro relacional e familiar. É mais que uma questão de *método* pastoral ou de *estratégias* de encontro. Isto implica assumir de verdade que a família é sujeito religioso e social; que a família cristã fundada no sacramento do matrimónio é «igreja doméstica». Isto implica que a experiência religiosa se viva e seja transmitida nas relações vivas de uma comunidade, e não apenas através dos conhecimentos e dinâmicas pedagógicas. O papa Francisco falava na sua catequese semanal do dia 25 de março 2015 de um vínculo indissolúvel entre a família e a Igreja<sup>2</sup>. Esta realidade responsabiliza-nos para que cada comunidade não apenas seja acolhedora e promotora da família, mas sobretudo que vá ao seu encontro, à sua procura, impelida pelo desejo da proximidade. As oportunidades seriam muitas, se conseguíssemos alargar e flexibilizar os nossos esquemas já organizados.

## Conclusão

Ao longo desta exposição tentámos apresentar aquilo que a literatura aponta como as principais mudanças que a família tem vivido na modernidade tardia e suas implicações no que ao trabalho da pastoral respeita. Num primeiro momento vimos que o olhar sobre o ser humano deverá considerar não a pessoa como isolada, desenraizada da suas origens familiares, mas por contraste o «corpo familiar», com aquilo que respeita à sua história, às suas dificuldades e seus recursos, auxiliando-os a projetar o seu futuro. A partir daqui passamos

---

<sup>2</sup> [http://w2.vatican.va/content/francesco/it/audiences/2015/documents/papa-francesco\\_20150325\\_udienza-generale.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/it/audiences/2015/documents/papa-francesco_20150325_udienza-generale.html)

para o segundo desafio que se coloca à pastoral: a diferenciação muitas vezes difícil e dúbia entre aquilo que respeita à entrega ao outro e a compreensão da família como meio para a autorrealização. A par desta necessidade surge a necessária compreensão dos laços familiares sedimentados entre a dimensão afectiva, os sentimentos e a responsabilidade para com o outro, a dimensão ética. Com isto questionamo-nos: qual o papel do pai nas nossas famílias de hoje? Qual o papel da pastoral enquanto veículo para uma vivência da família a partir do evangelho?

A reflexão acerca do que queremos com a família, daquilo que são as nossas expectativas nem sempre é fácil e requer tanto pela família como por aqueles que a auxiliam neste caminho, de uma disponibilidade para a escuta, para a tolerância, para a descoberta e sobretudo, para o confronto consigo próprio. Daqui percebemos que o esforço será de ambos e que talvez este caminho de descoberta, de autoconhecimento será também de todos os que constituem a relação – família e agentes de pastoral que a acompanham. Atendendo a este último apontamento, que desafios se colocam a quem trabalha na pastoral? Que formação teórica mas também pessoal necessitam?

## Bibliografia

- ANDOLFI, M. (2001). *Il padre ritrovato. Alla ricerca di nuove dimensioni paterne in una prospettiva sistemico-relazionale*. Milão: Franco Angeli.
- BELLAH, R. N., MADSEN, R., SALLIVAN, W., SWIDLER, A., TIMPTON, S. M., (1996). *Habit of the heart: individualism and commitment in american life*. Los Angeles: University of California Press.
- BUBER, M. (1995<sup>2</sup>) *Yo y Tu*, Madrid: Caparrós Editores.
- CIGOLI, V. e SCABINI, E. (2006). *Family Identity. Ties, symbols and transitions*. Mahwah, NJ: Erlbaum Associates Press.
- DONATI, (2013) *La familia como raíz de la sociedad*. Madrid: Bac.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Destaque. Informação à comunicação social*, 29 de outubro de 2013
- LACAN, J. (1998b). *Os Seminários: livro 5. As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- PAPA FRANCESCO, Udienza generale del 25 marzo 2015, [http://w2.vatican.va/content/francesco/it/audiences/2015/documents/papa-francesco\\_20150325\\_udienza-generale.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/it/audiences/2015/documents/papa-francesco_20150325_udienza-generale.html)
- RAGUSO, F. (2010) «Da geratividade parental à abertura dos jovens para a geratividade». In GONÇALVES, M., MORAIS, B. C., LOPES, J. M. M. (ed.) *Sexualidade e Educação para a Felicidade*. Braga: Aletheia.
- SCABINI, E. e ROSSI, G. (1999). *Famiglia generativa o famiglia riproduttiva? Il dilemma etico nelle tecnologie di fecondazione assistita*. Milão: Vita e Pensiero.
- SCABINI, E. e IAFRATE, R. (2003). *Psicologia dei legami familiari*. Bologna: Il Mulino.
- SCABINI, E. e CIGOLI, V. (2014). *La identidad relacional de la familia*. Madrid: BAC.
- SEQUERI, P. (2002). *L'umano alla prova. Soggetto, identità, limite*. Milão: Vita e Pensiero.
- TAYLOR, C. (1992) *The Ethics of Authenticity*. Cambridge: Harvard University Press.